



ATA

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Universidade do Minho, sob a Presidência de José João Torrinha Martins Bastos, secretariado por Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo e Cristina Patrícia Lemos Fernandes, reuniu a Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO -----

1 - REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO – PONTO DE SITUAÇÃO. -----

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2022. -----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2022. -----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022. -----

REVISÃO ORÇAMENTAL -----

5 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. -----

CÂMARA -----

6 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. -----

REGULAMENTOS -----

7 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO. -----

8 - ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS – TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DOS PAVILHÕES DESPORTIVOS - RATIFICAÇÃO. ---

EDUCAÇÃO -----

9 - CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS. -----

PATRIMÓNIO -----

10 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA TRAVESSA DO OLIVAL, FREGUESIA DE ATÃES E RENDUFE. -----

11 - CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE PARCELAS DE TERRENO PERTENCENTES AO DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO – PORTAGEM A11 – FREGUESIA DE SILVARES – RATIFICAÇÃO.-----

OBRAS PÚBLICAS -----

12 - EDIFÍCIO DE ALOJAMENTO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NO AVEPARK - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS/COMPROMISSOS PLURIANUAIS - RATIFICAÇÃO. -----

13 - ESCOLA HOTEL IPCA - QUINTA DO COSTEADO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----

CULTURA-----

14 - SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO IMPACTA - 1º SEMESTRE DE 2023.-----

RECURSOS HUMANOS-----

15 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2023. -----

16 - RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO. -----

URBANISMO -----

17 - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – CASA DOS BOMBOS ALVES. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS-----



- 18 - VIMÁGUA - MINUTA DE CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA - APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL E ULTERIOR APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----**
- 19 - CONTRATOS-PROGRAMA - PLANOS DE PAGAMENTO – RATIFICAÇÃO. - ATIVIDADES ECONÓMICAS-----**
- 20 - PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 6 DE JULHO DE 2018, E POSTERIOR ALTERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2020, COM A EMPRESA ROSACEL TÊXTEIS UNIPessoal LDA. ----- FREGUESIAS-----**
- 21 - FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - RATIFICAÇÃO.-----**
- 22 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO.-----**
- 23 - FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – RATIFICAÇÃO.-----**
- 24 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO.-----**
- 25 - FREGUESIA DE S. TORCATO - CORREÇÃO DE DOMINIALIDADE – RATIFICAÇÃO.-----**
- 26 - FREGUESIA DE SILVARES – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**
- 27 - FREGUESIA DE CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**
- 28 - FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES – ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE ABRIL DE 2022.-----**
- 29 - FREGUESIA DE BRITO - CONTINUIDADE DO PROJETO “MOVEBRITO” -**

13 DE MARÇO DE 2023 A 12 DE MARÇO DE 2024. -----

**30 - FREGUESIA DE AZURÉM - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL
"OFICINA DAS LETRAS" -13 DE MARÇO DE 2023 A 12 DE MARÇO DE 2024. --**

**31 - FREGUESIA DE INFANTAS - CONTINUIDADE DO PROJETO "CONSIGO:
EQUIPAMENTOS ADAPTATIVOS E ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE"
- 13 DE MARÇO DE 2023 A 12 DE MARÇO DE 2024. -----**

**32 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - PROJETO SOCIAL
"CONVID'ARTE" - 13 DE MARÇO DE 2023 A 12 DE MARÇO DE 2024.-----**

**33 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - CONCESSÃO DE
APOIO. -----**

**34 - FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO E CORVITE - DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS.-----**

**35 - FREGUESIA DE CONDE E GANDARELA – DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS.-----**

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA -----

36 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Pelas vinte e uma horas e quinze minutos foi declarada ABERTA A SESSÃO.

Estiveram presentes os seguintes membros: Eleitos diretos: (PS) Eleitos diretos: (PS) - José João Torrinha Martins Bastos, Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Armindo José Ferreira da Costa e Silva, Maria de Jesus Teixeira Carvalho, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Maria da Conceição da Cunha e Castro, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque, Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Elsa Cristina Silva Ribeiro, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, David José Gonçalves Faria, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Elvira Matos da Silva Fertuzinhos, Alberto Manuel Gonçalves Mota, Pedro Manuel



da Silva Mendes, Márcio Rafael da Silva Ferreira, Clara Sofia Abreu Barros e Francisco da Costa e Silva; **(PSD)** – André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, César Nuno da Costa Teixeira, André Faria Ferreira, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Manuel José Araújo Ribeiro, Margarida Pinheiro Pereira, Rui Armindo da Costa Freitas, José Pedro Ribeiro Salazar, Isabel Cristina Gonçalves Gomes de Sousa e Carlos Vítor da Cunha Gonçalves; **(CDS-PP)** - Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Teresa Maria Esquível Sequeira Braga Costa Faria, Paulo Miguel Lima Peixoto e João Paulo Serra Salazar; **(CDU)** - José Manuel Torcato Ribeiro, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro e João Martins da Cunha; **(CH)** - André Filipe Mendes de Castro Almeida; **(BE)** – Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro; **(IL)** – Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

Inerência do cargo de Presidente de Junta: Martinho Eurico Martins Fernandes – PSD, José de Castro Antunes – PS, José Luís Oliveira Pereira – PS, Maria de Fátima Saldanha Cardoso – PS, José Inácio da Fonseca (em representação do Presidente da Junta de Caldelas) – PS, Maria Odete de Abreu Lemos – PS, Vítor Duarte da Cunha Matos Pereira – CDS-PP, António Martins Gonçalves – PSD, António Gonçalves Vilela – PS, Augusto César Fernandes Guimarães – PS, Agostinho Salgado Faria – PS, Paulo Manuel Ferreira da Silva – PS, Cristina Patrícia Lemos Fernandes – PS, Isilda Gomes da Silva – PS, Manuel da Costa Teixeira – PS, José Pereira da Silva – PS; António Brás Mendes Pereira – PS, Joaquim Jorge da Mota Pereira – PS, Célia Fernanda Araújo Teixeira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Pencelo) – PS; Domingos Vaz Peixoto – PS, Maria Manuela Magalhães Ferreira Costa e Silva (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Polvoreira) – PS, Serafim Lopes Fernandes (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Ponte) – PS, Natália

Maria da Silva Fernandes Ribeiro – PSD, Maria Adelaide Andrade Silva – PS, Miguel Fernando Ribeiro Bessa Moreira – PS, Raquel Susana Fernandes Oliveira (em representação do Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato) – PSD, Marta Filipa da Silva Gonçalves – PS; António José da Silva Ribeiro – PSD, Nélon Cristiano Gonçalves Ferreira – PS, Ricardo Jorge Carvalho de Castro – PS; Luís António da Silva Costa Abreu – PS, José Augusto da Costa Araújo – PSD, Tiago José Xavier da Silva – PSD, José Carlos Fernandes da Cruz – PS, David Patrício Lopes Araújo – PS, Vítor Manuel da Silva Pais – PS, Diogo António Alves Costa – PSD, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu – PS, Flávio Romeu de Sousa Freitas – PS, João Carlos Silva Alves – PS, Rui Porfírio Lopes Silva – PSD, Carlos Manuel Abrunhosa Borges – PS, Francisco Ferreira Gonçalves – PS, Tiago João Matos Rodrigues – PSD, Daniel Filipe Macedo de Oliveira – PSD, Armindo Filipe da Silva Lopes – PS, Manuel Fernando Alves Cardoso – PS e Carlos Alberto Peixoto de Sousa – PS.

Ausências inferiores a trinta dias: -----

Tiago Vieira Laranjeiro, Ana Sofia Rodrigues Teixeira, Isabel Filipa de Lemos Moreira Leite, Rui Alexandre Pereira Barros da Cunha Pereira, Célia Maria Abreu Magalhães, Inês Alves Rodrigues, João Manuel Gonçalves Miranda, Vasco Manuel Azevedo Marques, Luís Miguel Freitas Marques Carvalho Soares, Carlos Jorge Caneja Amorim, Carlos Alberto Alves Miranda de Oliveira, Alexandra Santos Gonçalves Ferreira, César Manuel de Castro Machado, Daniel André de Sousa Rodrigues, Ana Paula Cardoso Lemos Damião e Sérgio Alberto Castro da Rocha.-----

Faltaram os seguintes membros: -----

José de Castro Dias, Susana Manuela Marques Araújo e Joaquim Jorge Rodrigues Pereira.-----

A **Câmara Municipal** esteve representada pelo Presidente da Câmara, Domingos Bragança Salgado, e pelos Vereadores, Adelina Paula Mendes



Pinto, Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Nelson José Guimarães Felgueiras, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, Ana Maria Prego de Faria Berkeley Cotter, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro. -----

-----**LEITURA DO EXPEDIENTE**-----

– De seis ofícios do Gabinete do Presidente da Assembleia da República acusando a receção das propostas de desagregação das Uniões de Freguesias do Município de Guimarães, aprovadas na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 19 de dezembro de 2022; - Do ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave remetendo, para conhecimento, cópia das Grandes Opções do Plano e orçamento para 2023; - Do Requerimento do Grupo Municipal do Chega a reiterar o pedido de resposta da Câmara Municipal às questões que havia solicitado, por requerimento, datado de 3 de outubro de 2022, a respeito da Guimagym; - Do convite da Câmara Municipal de Guimarães para reunião de apresentação do ponto da situação da candidatura a Capital Verde Europeia; - Do convite da Delegação de Guimarães da Ordem dos Advogados para inauguração da sua sede; - Do convite do Jornal Reflexo e Junta de Freguesia de Caldelas para Gala “A Terra onde a Lua fala”; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo resposta ao Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU a respeito da Classificação da Muralha como Monumento Nacional; - Do Requerimento do Grupo Municipal da CDU a solicitar informações relativas aos problemas relacionados com a EN 310; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo resposta às questões colocadas pelo Grupo Municipal do Chega, sobre a Guimagym; Do ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português remetendo, para conhecimento, a iniciativa legislativa que entregaram na Assembleia da República sobre a retoma do

Controlo Público dos CTT; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo resposta às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PSD, sobre o Plano Diretor Municipal; - Do convite do Reitor da Universidade do Minho para participação na Sessão Solene Comemorativa do 49º Aniversário da Universidade do Minho; - Do Requerimento do Grupo Municipal da CDU a solicitar que, na próxima Conferência de Líderes, seja verificada a possibilidade de realização de uma sessão extraordinária com um único ponto – Direito á Mobilidade – Plano ferroviário Nacional; - Do Requerimento do Grupo Municipal do PSD a solicitar informações ao Revisor Oficial de Contas da cooperativa Taipas Turitermas; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo informação complementar, a respeito do ponto da situação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães remetendo resposta às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PSD, sobre o Plano Nacional Ferroviário; - Do ofício da Câmara Municipal de Guimarães solicitando que seja retirada a proposta constante do **ponto 18 da Ordem do Dia - VIMÁGUA - MINUTA DE CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA - APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL E ULTERIOR APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Municipal da CDU, disse que a CDU considera que a mobilidade é uma área demasiado importante para o Concelho de Guimarães e para o país e que, por isso, lutou durante anos para que fossem dados passos concretos na evolução dos transportes públicos coletivos e conseqüente, e necessária, redução tarifária dos transportes públicos. Deste modo, recordou que o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista “Os Verdes”, partidos que compõem a Coligação Democrática Unitária, têm dado um contributo inestimável ao



nível nacional e local. Ainda assim, considerou que - para que todos tenham direito ao transporte público coletivo e à mobilidade suave em segurança - o essencial ainda está por fazer. Lembrou que a CDU, em Guimarães, tem acompanhado as opções e os anúncios do Executivo Municipal, tem contribuindo ativamente para a discussão e tem tido presença assídua nos debates e sessões de esclarecimento, recordando que, já em 2018, aquando da apresentação do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável para Guimarães, havia colocado questões sobre a falta de transporte público coletivo no Município e, sobretudo, sobre a inter e intra modalidade. Lembrou, depois, que a defesa de uma ligação ferroviária entre Guimarães e Braga, que permitiria a Guimarães não ficar isolado dos restantes Municípios do Quadrilátero, é uma proposta que a CDU apresentou e que já tem décadas. Disse lamentar que, aqueles que nunca acreditaram que esta ligação era a melhor solução de mobilidade para Guimarães, passem, agora, a olhá-la de forma diferente, considerando-a prioritário para que o Concelho tenha a ligação à Alta Velocidade. Similarmente, lamentou que só agora Guimarães esteja a lutar pela ligação ferroviária entre Guimarães e Braga, pois tudo poderia estar mais avançado e, por isso, mais perto de concretizar, nomeadamente a ligação à estação ferroviária de Alta Velocidade. Deixando de parte as opções políticas que levaram a toda esta complicada situação, disse que a CDU entende estar na hora de se encontrar a solução definitiva, lutando-se para a sua concretização. Prosseguiu, lembrando que a mobilidade é um tema que está associado a várias áreas, particularmente o ambiente, o ordenamento do território, a fixação de população, as condições de vida das famílias, do emprego, das obras públicas e das infraestruturas. Por isso, considerou que lutar por mais e melhores transportes públicos é um investimento na mobilidade da população, na

saúde, no ambiente, na economia familiar e na redução da dependência de recursos naturais. Prosseguiu, dizendo que, numa altura em que se discute o Plano Ferroviário Nacional, é inaceitável que Guimarães não tenha uma palavra a dizer sobre o “nada” que este plano define para o nosso Concelho e que o remete, novamente, para o isolamento, para a resposta rodoviária ou, até para a mais barata, satisfatória, mas que não dá garantia de maior eficiência para o futuro. Por último, utilizando as palavras do Presidente da Câmara, quanto a estar a ser acautelado o canal para a infraestrutura que venha a ser necessária, questionou: Quantos canais estão a ser acautelados em sede do PDM? Quais as freguesias que serão afetadas pelos projetos de mobilidade? É esta a solução que apresenta aos vimaranenses? Guimarães desistiu da ferrovia? É a solução mais barata que irá prevalecer, independentemente de ser, ou não, a solução certa e de ser a solução que os vimaranenses desejariam? Quem vai decidir por nós? -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Em abril de 2022, vimos uma manifestação estudantil, após uma denúncia por parte dos estudantes de Artes Visuais e Teatro, sobre as condições do Teatro Jordão. Após este acontecimento o Presidente da Câmara disse-nos nesta Assembleia que o Teatro não tinha problemas e tinha até o município, sido presenteado com um prémio de reabilitação urbana, e mais tarde se juntou um premio de prestígio. O que deita por terra qualquer reclamação feita antes. Recentemente, uma notícia sobre um outro prémio, em que felizmente a nossa câmara não participou, trouxe uma dúvida sobre a veracidade, ou melhor, sobre o propósito destes prémios. Por isto perguntamos, Senhor Presidente da Camara: 1- Quanto pagou o município para participar nestes prémios? 2 - Contra quantos participantes concorreremos nas categorias que vencemos? 3 - Quais foram as que



perdemos? São algumas perguntas que gostaríamos de ver respondidas. Sobre os Guarda-Rios. Uma iniciativa feliz e necessária que não só aplaudimos como achamos necessário, e mesmo correndo o risco de exagerar, um ainda maior investimento. São 212 ocorrências registadas em ano e meio. Só pelos números em si, já se pode ser dito que valeu a pena. E sabendo que 125 se referem a contaminações ou necessidade de intervenção e limpeza, e que também 9 destas se referem a comportamentos inadequados perguntamos: 1- Que ações tomou a Câmara contra o ou os infratores? 2- Que consequências terão o ou os infratores? 3- O que foi ou está a ser feito por parte da Câmara para acabar com estas contaminações, e comportamentos inadequados?” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Nas últimas semanas, as trabalhadoras e trabalhadores do nosso país e do nosso concelho mobilizaram-se para contestar a degradação das suas condições de trabalho e dos seus rendimentos. O caso dos professores é paradigmático. Temos assistido a uma convulsão impressionante, com esta classe a exigir a reposição da contagem do tempo de serviço para fins de progressão na carreira, congelada por sucessivos executivos do PS ao PSD e CDS. O Partido Socialista continua, no entanto, empenhado em desvalorizar as reivindicações da classe docente, tornando esta carreira pouco atrativa e hipotecando o futuro da educação pública no país. O decretar de serviços mínimos no contexto da greve convocada por tempo indeterminado demonstra esta mesma vontade do Governo de empurrar o problema para debaixo do tapete, desmobilizando a classe e a sua agenda de luta, limitando a liberdade de reivindicar democraticamente um futuro melhor para a classe e para o país. O Bloco de Esquerda solidariza-se com a indignação de quem

pretende seguir a carreira de docente sem ter de ser destacado ano após ano a quilómetros de casa, com prejuízo para a estabilidade pessoal, familiar e económica de quem ganha hoje menos, do que no início da carreira. Mas não é só a luta dos professores que merece a nossa atenção. Em todos os sectores assistimos a um crescente descontentamento pela degradação das condições de vida das e dos trabalhadores. Vejam-se as recentes manifestações convocadas pelas organizações sindicais e movimentos cívicos, dedicados por exemplo à defesa do direito à habitação ou à denúncia do impacto da crise inflacionista nas classes mais baixas. A crise inflacionista significou perda de rendimento e direitos e pôs a nu os efeitos da política do PS para o trabalho. Se os 4 anos da “troika” foram um atropelo aos direitos, liberdades e rendimentos da população, o Partido Socialista, desde 2015 no poder, começa a ficar sem argumentos para justificar a perpetuação das políticas de austeridade implementadas nesse período. Contudo, o que parece evidente é a dificuldade de o Governo ceder às pressões dos representantes patronais. Vejam-se as declarações de António Saraiva, ao despedir-se dos seus colegas após 12 anos de liderança da CIP. Ataca diretamente propostas que o Bloco de Esquerda inseriu na discussão sobre a Agenda do Trabalho Digno, como a impossibilidade de extinção dos créditos laborais por via da remissão abdicativa e a obrigação de fixação de valores de compensação para o teletrabalho. Não esperando ver a CIP, pelo seu historial sobejamente conhecido, a festejar com estas propostas, não fiquei infelizmente, também surpreendida pelo quase *volte-face* do PS em relação a estas medidas, com um desejo mal disfarçado de agradar a António Saraiva, e do próprio PSD, que ao longo de todo o processo ocupou o papel de representante dos interesses patronais, provando que a maioria absoluta vive refém dos interesses da elite económica, prejudicando na prática quem vive do seu trabalho. Neste debate, apesar de alguns avanços



importantes, não foi possível alcançar medidas fundamentais para as trabalhadoras e trabalhadores, por concertação do PS e do PSD, que chumbaram a maior parte das propostas, nomeadamente as referentes à reposição do principio do tratamento mais favorável, à eliminação da caducidade das convenções coletivas de trabalho, à reposição dos 30 dias como compensação por despedimento, à revogação dos cortes da “troika” em matéria de trabalho suplementar, dias de férias e descanso compensatório, à redução do horário semanal de trabalho para as 35 horas e a proteção dos trabalho por turnos e noturno, entre outras. Esta não é a maioria absoluta das reformas, da valorização do Trabalho, da recuperação de rendimentos, da distribuição de riqueza, da estabilidade e da seriedade. Esta é a maioria absoluta do nepotismo, da prepotência, da inação, da defesa dos interesses da elite económico-financeira. É a maioria absoluta da degradação do Estado Social, da perda de rendimentos e da instrumentalização das instituições democráticas. Esta é uma maioria absoluta que dá jeito à Direita, ou pelo menos à sua agenda política e ideológica, mas que se prova nociva todos os dias para as trabalhadoras e trabalhadores deste país.” -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Hoje são dois assuntos que aqui me trazem: a crise económica que vivemos e as recentes eleições internas da Iniciava Liberal. Estamos a viver um período de real crise económica. Acho que todos nós, por mais diferenças ideológicas que tenhamos, concordamos. À pandemia, seguiu-se a guerra na Ucrânia e a estes dois eventos, fortemente impactantes nas economias globais, juntam-se o agravamento dos custos enérgicos, o aumento galopante da inflação e a subida das taxas de juro. Num país recorrentemente impreparado para lidar

com ciclos económicos negativos, esta realidade, está hoje, seguramente, no topo das preocupações das empresas e das famílias. Já não se põe sequer em causa a capacidade de uns e outros para resolverem os seus compromissos, mas acima de tudo, o receio crescente e justificado, de perderem a aptidão financeira para satisfazerem as necessidades mais básicas, como o pagamento de salários ou o suporte de uma simples conta de bens essenciais trazidos de um supermercado. A verdade é uma, e só uma... Há motivos para uma crescente inquietação. Com o recente anúncio do BCE de mais uma subida das taxas e a antecipação de mais duas a curto prazo, este é um cenário que se torna muito preocupante. Ainda mais preocupante se torna quando a OCDE divulga que somos o 2o país deste grupo onde o rendimento per capita mais caiu desde o início da pandemia, e que, em contraciclo, continua em trajetória negativa. Minhas senhoras e meus senhores. É em tempos como estes que temos de rever estratégias, de reorientar o foco. E se o governo pode e deve fazer mais, também as autarquias podem fazer mais, para mitigar os efeitos de tal cenário na generalidade da sua população. Na política tributária, na gratuitidade de passes de transporte, em todo um conjunto de taxas da responsabilidade do município. A minha pergunta é: Outras áreas perderão? Quais? Serão atrasados projetos de investimento? Provavelmente! Mas os tempos exigem respostas e as prioridades terão de ser outras. Prioridades essas, capazes de responder às necessidades mais urgentes da comunidade. A iniciativa liberal, seguindo o que entende ser um suporte essencial das políticas de desenvolvimento económico, defenderá sempre estratégias de desagravamento de fiscal, que possam contribuir para o equilíbrio do orçamento das empresas e das famílias, esperemos que o município pense de igual forma. Relativamente às eleições internas da Iniciativa Liberal. É impossível ficar indiferente ao nosso crescimento sustentável ao fim destes



5 anos. 5 anos que passaram em contrarrelógio, onde por muito que se corresse, nunca se sabia muito bem até onde se chegaria. Apenas imperava uma certeza: precisávamos de continuar a correr custasse o que custasse. Quer se goste, quer não, as diferenças na forma de fazer política, os assuntos debatidos, os temas inseridos em agenda, são tudo coisas que a IL trouxe para a atualidade do país e do município. Portanto, o nível de exigência pedido ao partido interna e externamente em 5 anos é a demonstração do fantástico trabalho que tem sido feito. É a demonstração de que devemos continuar a valorizar e impulsionar a informalidade e casualidade de todos os nossos membros. Digo isto porque, na sua maioria, não temos qualquer passado político, não olhamos para a política como uma carreira, mas sim como um meio para atingir um fim – Tornar Portugal e Guimarães Mais Liberal. Garantindo o profissionalismo de sempre, encarando o dia a dia dentro de um partido como a IL com um sentido de missão e não de um aproveitamento pessoal, onde jovens, como eu, pretendem lutar pelo seu futuro com as próprias mãos, sempre com uma palavra a dizer quanto ao que esperam do seu país e do seu município. Onde, com a governação atual, nos dá com uma mão e tira com outra... Mas não nos resignamos. Somos a prova viva que, muitas das vezes, basta querer para ser. Normalizar os “não políticos” a fazer política não é fácil e surpreende muita gente, mas se queremos ser diferentes, temos de fazer diferente. Não apreciamos jogos de bastidores e pugnamos por manter a honestidade e a genuinidade como bandeiras pessoais. Desta forma, após esta última Convenção, prometemos a todos que continuaremos a correr, cada vez mais rápidos e mais fortes, sem nunca nos esquecermos quem somos e ao que viemos”.-----

Rui Armindo da Costa Freitas, do Grupo Municipal do PSD, começou por

dizer que Guimarães, no passado, implementou estratégias com o objetivo de conseguir reconhecimento em algumas áreas que os executivos, da altura, definiam como prioritárias, recordando, em 2006, a anunciada Capital Europeia da Cultura 2012, evento que ocorreu há mais de uma década e, no seguimento de tão prestigioso acontecimento, que a todos orgulhou, a Cidade Europeia do desporto. Reconheceu que, pese embora entretanto tenha mudado o executivo municipal, o objetivo de obter reconhecimento em determinadas áreas não esmoreceu, lamentando, ainda assim, que a Capital Verde tarde em acontecer. Prosseguiu, dizendo acreditar que o Presidente da Câmara, no seu último mandato autárquico, não se querera despedir sem dar aos vimaranenses a sua capital, que tem um nome - Guimarães capital dos Impostos altos - e com estratégia para lá chegar, batizada pelo próprio Partido Socialista, de dumping social solidário. Lembrou que o PSD já havia alertado para a necessidade de deixar de lado a insensibilidade e, num ano que se prevê difícil para todos, o Executivo Municipal, que executa algumas receitas fiscais acima de 100% em relação ao orçamentado, deveria, não só dar um sinal, mas estar ao lado dos vimaranenses, salientando, a propósito, que Guimarães é o único Executivo do Quadrilátero Urbano que aplica a taxa máxima de participação variável de IRS (5%). Lembrou que Guimarães perdeu população em relação a Braga e que tem dificuldade em fixar e atrair talento, em atrair investimento, em diversificar a sua economia e, acima de tudo, os vimaranenses são a população d região que, em média, menos ganha, estando cada vez mais pobres relativamente aos bracarenses ou famalicenses. Disse que não se pode prosseguir com esta política de asfixia fiscal, acrescentando ser contra a estratégia do Partido Socialista de “passem para cá o vosso dinheiro, que nós decidiremos o que fazer com ele”. Assim, disse temer que este trajeto, que já está a dar frutos para alcançar a “capital dos impostos altos”, se insira



numa mais basta estratégia de tornar Guimarães na “capital da carestia de vida”. Disse, também, que é hora de não se tratar as pessoas como se fossem números, mas de olhar para as famílias e desejar que estas tenham mais rendimento e não cada vez mais dependentes da bonomia de um Estado, que depende do trabalho daqueles a quem tira. Finalizou, dizendo estar na hora de parar com esta asfixia fiscal, de um Município que quer, para si, cada vez mais a decisão da vida dos munícipes.” -----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, do Grupo Municipal do PS, recordando que tem vindo a salientar o papel de Guimarães no mundo, anunciou que irá abordar, nesta sua intervenção, as políticas públicas, preconizadas e executadas pelos Executivos do Partido Socialista e que têm alavancado esse papel de Guimarães no mundo, que olha para o futuro, que valoriza e respeita o passado e que mantém um presente dinâmico e ativo. Acrescentou que poderia dar alguns exemplos magnos deste trabalho e que levaram Guimarães e o seu Centro Histórico a Património Mundial da Humanidade, ou de todo o trabalho que foi feito para que Guimarães alcançasse o título de Capital Europeia da Cultura em 2012, ou, ainda, sobre a luta atual que se trava para alcançar o galardão de Capital Verde Europeia, mas focar-se-ia em áreas mais descuidadas de debate político, mas que em Guimarães demonstraram ser temas relevantes para o avanço da sociedade. Assim, começou por anunciar o 10º Aniversário de Guimarães como Cidade Europeia do Desporto, que ocorreu em 2013, e que promoveu o desporto do Concelho e, também, do país, considerando que o Executivo Municipal demonstrou que, através da prática da atividade física, é possível dar-se resposta a áreas tão latas como a saúde ou a economia, assim como, que o desporto é uma ferramenta fulcral para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos. Lembrou os apoios da Câmara Municipal às

associações e clubes do Concelho, reabilitando e construindo espaços comuns para a prática da atividade física e instruindo os seus benefícios para a qualidade de vida. Acrescentou que o Executivo Municipal decidiu promover iniciativas para todos os meses do ano de 2023, através da via Podcast, no sentido de abordar temas do passado e organizar conferências para debate deste tema, acolhendo e envolvendo todos os cidadãos, o que demonstra, inequivocamente, que políticas públicas setoriais facilmente se tornam holísticas e impactam, positivamente, o quotidiano dos cidadãos. Na área da Juventude, que considerou uma área muito relevante, lembrou que Guimarães, nos dias 24 a 26 de fevereiro, será o palco do Encontro Nacional da Juventude, um dos maiores encontros juvenis do país, promovido pelo Conselho Nacional da Juventude, com patrocínio da Presidência da República em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude – IPDJ, a Câmara Municipal de Guimarães e a Cooperativa Tempo Livre. Considerou que o evento trará ao Concelho centenas de jovens e associações juvenis de todo o país, com a finalidade de analisarem os problemas que afetam os jovens, em especial nas áreas de Educação, Igualdade, Ambiente, Trabalho, Habitação e Saúde, apresentando e promovendo soluções para esses mesmos problemas. Acrescentou, por último, que o evento marca o encerramento do Ano Europeu da Juventude, o que demonstra, de forma clara, como Guimarães se situa no país e no mundo, sendo um Concelho globalista que acolhe todos e que pratica o que de melhor se pode oferecer aos cidadãos, neste caso em especial, aos jovens. Finalizou, elogiando as políticas públicas praticadas pelo Executivo Municipal, nas diferentes áreas de intervenção, considerando ser o caminho certo para tornar Guimarães um Concelho onde é bom viver. -----

Paulo Miguel Lima Peixoto, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Numa



época marcada por casos e casinhos no governo, conforme apelidou o Sr. Primeiro-Ministro, acompanhada pelas greves de quase todos os quadrantes profissionais da sociedade desde os professores aos agricultores passando pelos revisores, pilotos, etc. num cenário nunca antes visto, percebe-se que o governo esteja mais preocupado em resolver a sua manutenção governativa do que resolver os problemas dos portugueses. Contudo, o facto de se perceber não quer dizer que se compreenda e, muito menos, que estejamos de acordo. Recentemente, o Sr. Presidente da Câmara reportando-se a alguns *dossiers* cuja competência direta não é do executivo vimezanense referiu que nesses casos a sua função era a de, cito, “pressionar”. Tem sido assim com a Unidade Hemodinâmica do Hospital Senhora da Oliveira e, ao que parece, será assim com a ligação de Guimarães à Alta velocidade. Se sobre a primeira os resultados são os que se conhecem e, do agora é que é, para o agora é que vai ser, a verdade é que quatro anos volvidos, continuamos no quando será? E este caso, serve apenas como exemplo, para contrastar e desmentir categoricamente as afirmações do Sr. Presidente do Executivo no passado de que com os governos do partido socialista o município tinha as conversas mais facilitadas e as reuniões eram facilmente agilizadas. A verdade é que os processos não se resolvem. E, se neste processo, o investimento foi concretizado, sobretudo, com o apoio da sociedade civil vimezanense, imagine-se como será no projeto da ligação de Guimarães à alta velocidade, na qual será preciso alocar recursos financeiros nacionais, bem como dos quadros comunitários. Mais preocupante ainda, é perceber que a tutela não está disponível para fazer essa viagem, conforme recentes declarações do Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, e ao que parece, os vossos camaradas socialistas de uma das cidades do quadrilátero, também não acham o assunto relevante, demonstrando para

convosco uma falta de solidariedade partidária. Voltando ao início, isto para demonstrar que se nestes processos a função do Presidente da Câmara é pressionar, infelizmente, a mesma tem sido inócua. Por aqui se verifica a falta de peso político que o partido socialista vimaranense tem na sociedade política de decisão nacional. Mudando de meio de transporte, mas mantendo-me no tema da mobilidade, e em processos onde a Câmara tem competências e obrigações para resolver assuntos não se limitando apenas a “pressionar”, verificamos que o engarrafamento continua instalado. Desde logo pela confusão com os passes dos transportes públicos entre os operadores dos transportes municipais, em que uma operadora aceita os passes da outra operadora, mas por sua vez, esta, não aceita os passes da primeira. Prosseguindo pelas inúmeras filas e delongas para se circular no concelho, principalmente às horas de ponta, em que as vias estruturantes estão todas congestionadas desde Nespereira, a Ponte ou a Brito, não esquecendo a saída da Autoestrada e o calvário do centro urbano, o que não contribui em nada para a eliminação da pegada de carbono e a concretização dos objetivos propostos com a candidatura a capital verde. Mais importante que as justificações e que as pressões, o que os vimaranenses querem é ver soluções. Não podemos continuar a ter vimaranenses de primeira e de segunda, em função do seu local de residência e/ou de trabalho. Bem como, não podemos dizer que é estratégica a candidatura à capital verde, que vai permitir um novo modelo de governança em termos de sustentabilidade ambiental e depois, não se resolvem os problemas do trânsito e dos acessos aos transportes públicos contribuindo, precisamente, para o acréscimo dessa pegada de carbono.” ---

Manuel José Araújo Ribeiro, do Grupo Municipal do PSD, referiu que a extensão temporal da governação socialista em Guimarães, que ultrapassa já os 30 anos, torna evidentes os pecados capitais no desenho da estratégia e



da sua implementação no território, nas mais diferentes vertentes. Considerou que o novo tarifário a aplicar pela Vimágua é demonstrativo da ausência de estratégia política, pois não corresponde à ambição de apoiar os munícipes e as empresas no enorme desafio da competitividade entre os territórios. Acrescentou que Guimarães tem vindo a perder os seus principais desafios, e no setor da água e saneamento, também não se vislumbra uma luz que diferencie essa tendência. Acrescentou, também, que a governação majoritária socialista de Guimarães, ávida de impostos, soma custos aos custos, a que nenhum vimaranense consegue escapar. Pelo exposto, considerou urgente que o Município coloque as famílias e as empresas no ponto crucial da sua ação governativa, algo que o novo tarifário da Vimágua não reflete. -----

Susana Gabriela Meireles Campos Nunes, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Começo a minha intervenção lembrando o título de uma peça de teatro, criada em Guimarães: “A memória é boa companhia”. E é. Em tudo na vida e na política também. Os últimos anos da governação socialista têm sido marcados por grandes desafios. Em 2015, a sair de uma crise económica, em 2020 o confronto com uma pandemia, em 2022 a Guerra na Europa e as suas consequências. Quis logo em 2015, o PS fazer diferente, e inverter o retrocesso das políticas económicas e sociais. Dizia então Montenegro, a célebre frase que a memória recupera: “o país está melhor as pessoas é que não”. E não estavam mesmo. O PS apostou em: as pessoas estarem melhor. Pois para o PS as pessoas são o centro da ação política, essa é condição sine qua non para um país estar bem. A aposta foi diferente. Apostou-se na reposição de rendimentos, foram repostas e reforçadas as políticas sociais para diminuição da pobreza e desigualdades sociais como o complemento

solidário a idosos, facilitado o acesso a prestações de recurso, retirada a sobretaxa, reencontramos o 14 mês, foram repostos os horários de trabalho, até 4 feriados voltaram a ser feriado, e assim sucessivamente. A governação socialista mereceu a confiança do Portugueses. Um ano depois à que olhar aos resultados da governação. O ano de 2022 foi, sem dúvida, um ano avesso marcado por fortes desafios económicos e sociais com um pano de fundo muito incerto. Por um lado, marcado pelo alívio do fim da pandemia, mas, por outro lado, marcado pelo choque do início da guerra na Europa decorrente da agressão, da Rússia de Putin à Ucrânia, alterando abruptamente, os parâmetros europeus de segurança e alterando os ritmos económicos através de uma crise energética e de uma instabilidade financeira marcada por um incremento inflacionista em que há muito não se verificava. É, pois, neste contexto de forte pressão económica, financeira e social em que o PS, focado em trabalhar, e fazer sempre mais e melhor, quer a nível local que a nível nacional, prossegue a sua trajetória de governação. Mesmo neste quadro económico global a governação socialista tem sabido com parcimónia fazer crescer a economia, o investimento, o PIB, os rendimentos, ao mesmo tempo que e reduziu as desigualdades, a pobreza, o défice, a dívida publica e a nossa dependência energética. Visando um caminho da coesão social, da justiça social e ao mesmo tempo de um país mais produtivo com uma economia mais saudável. Assim: a nossa economia teve o melhor desempenho de há décadas com um crescimento de 6,7 do PIB, o segundo maior crescimento da União europeia em 2022 (segundo o Eurostat/INE). Ao mesmo tempo que as exportações ultrapassavam a meta dos 50% o PIB, meta que estava prevista alcançar em 2026, com um peso real entre 16% e 18%. Estes dados revelam uma economia a crescer, acima da média europeia e a convergir com a média europeia. O PS conseguiu retirar o país do procedimento por défice excessivo. Apresentado um défice



de 1,3%do PIB. E a dívida tem vindo a reduzir. Em 2022 o peso da dívida pública caiu para os 114,7% do PIB, regredindo 10,9p.p. face à marca do final do ano anterior. Contas certas. Que comprovam a falência dos argumentos da direita. Entretanto economistas e políticos referem que, pese os desafios, 2023 será melhor do que se previa: o desemprego parece estável nos 6%, a confiança dos consumidores aumentou, o turismo pode repetir valores de 2019 e os fundos europeus representam o investimento na economia de 11 mil milhões de euros. No que toca a investimentos, o ano de 2022, fica marcado pelo início da aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Plano que ascende a um montante de 16,6 mil milhões de euros, a executar até 2026. 2022 é também marcado finalização dos investimentos do PT 2020 e o lançamento do PT 2030. O Município de Guimarães já tem consolidados apoios, no âmbito do PRR, para investimentos no valor de 39,7 milhões. Destacam-se a construção do acesso ao AvePark (12,6 milhões); a construção da residência de estudantes no AvePark (5,8 milhões), o investimento na associação laboratório colaborativo em transformação digital – DTX (5 milhões); a requalificação da antiga escola de santa luzia (4,9 milhões) e o investimento na ProChild CoLab (2 milhões). Destaco ainda, abordando o PT 2020, os investimentos em Guimarães com um montante aprovado no valor 472 milhões de euros o que representa 41% do valor total para a CIM do Ave (seguido por VNF com 381 milhões representado 32% do total da CIM do Ave). O combate as desigualdades e o reforço de rendimentos são característica central da governação socialista. Durante o ano de 2022 foram várias as medidas que merecem destaque: o aumento do SMN (contrário à vontade da direita), mais de 50% de valorização relativamente a 2015; o aumento extraordinário de pensões (10 euros das pensões até 1100 euros), os apoios extraordinários concedidos; o aumento

do abono de família; o apoio Garantia Infância que abrange 155 mil crianças; as creches gratuitas, mais respostas sociais; a redução no IRS para os jovens; o desdobramento do 3.º e 6.º escalão do IRS; o aumento das deduções por dependente, aumento do IAS e consequente aumento das prestações indexadas, entre outros. Aproveito este ensejo para abordar os últimos dados lançados pelo INE, para tal destaque alguns aspetos fundamentais. Há, em primeiro lugar, decréscimo acentuado do número de concidadãos em risco de pobreza ou exclusão social. Num só ano (de 2020 para 2021) foram perto de 300 mil portugueses que deixaram de viver numa situação de pobreza (ou seja, de 2.302.000 para 2.006.000). Uma descida de 3 pp. de 22,4% para 19,4%. Em segundo lugar, este decréscimo apresenta-se estrutural. Ou seja, desde 2015, em que havia 2 milhões 740 mil portugueses (repite 2 milhões e 740 mil portugueses) numa situação de pobreza e exclusão social (26,4%) mais de mais de 700 mil portugueses (mais precisamente 734 mil) puderam sair da situação de pobreza em que se encontravam. O PS tira portugueses da pobreza. A memória mostra-nos quem colocou portugueses na pobreza. Em terceiro lugar e de igual modo outros indicadores conexos demonstram esta tendência meritória. A taxa de risco de pobreza baixou de 18,4% em 2020, para 16,4% em 2021. Estes números dão-nos a reflexo do caminho certo, mas não são a panaceia de todos males, sublinho, não são e urge fazer mais. Neste âmbito foi criada a estratégia nacional de luta contra a pobreza que visa retirar mais 600 mil portugueses da situação de pobreza. Esta estratégia não é em si um objetivo, mas um ponto de partida. Com particular relevância num ano em que enfrentamos o enorme desafio da crise que a guerra e inflação representam efetivamente na vida dos portugueses. Ao nível municipal merece destaque a assinatura do protocolo de descentralização de competências na área social com as entidades que irão efetuar o



acompanhamento no concelho de Guimarães, denominado SAASI em que o município reforçou as verbas oriundas do governo central em mais 50%. Só conseguimos ganhar à pobreza se a transformamos em desígnio nacional. E fazendo perceber que a pobreza não é um problema dos pobres. A pobreza é um problema de todos nós. Uma sociedade mais pobre é uma sociedade em que a democracia, a justiça social e a coesão social estão claramente em causa. A ação governativa é um ato inacabado e dinâmico. Para o Partido socialista nacional e local o ensejo de fazer mais e melhor, com humildade, foco e estratégia valorizando todos sem exceção, sem deixar ninguém para trás, é um desígnio maior. Continuaremos estrategicamente este caminho, com memória, porque “A memória é boa companhia.” -----

André Faria Ferreira, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A Câmara Municipal tem a responsabilidade de gerir o Município. Com transparência e responsabilidade. E tem de ter a capacidade de dar aos seus cidadãos, os vimaranenses, a melhor qualidade de vida possível. Isto só é possível com serviços que permitam aos vimaranenses não ter que se deslocar a concelhos vizinhos para terem os mesmos serviços a preços realmente sociais. O “Sr. Silva”, da classe média vimaranense, padece de problemas respiratórios e o seu médico de família sugeriu-lhe fazer umas termas. Decidiu, então, consultar os preços dos serviços prestados por diversas empresas de termalismo. Estava descansado, pois sabia que em Guimarães há uma cooperativa de capitais públicos. Até leu em jornais, que a Câmara paga à Turitermas milhares de euros para que a cooperativa tenha preços sociais. Quando viu os números, nem queria acreditar. Até passou um pouco de sabonete termal, que tinha guardado na campanha eleitoral de 2017, para limpar as lentes dos seus óculos para confirmar o que estava a ler. Os

serviços da cooperativa não tinham preços sociais! Como é que queremos os vimaranenses a usufruir das termas quando temos um vizinho que tem preços mais apelativos? O Município tem a posição dominante na cooperativa. É responsável pelo rumo desta entidade. Como se justifica que os utentes paguem preços de mercado e a cooperativa, ainda assim, seja financiada com dinheiros públicos? Lembro que o dinheiro que o executivo gere é de todos nós. Nós somos chamados a contribuir diretamente para uma entidade que cobra “preços sociais” mais elevados do que os preços de uma entidade privada. Se na cooperativa praticam preços sociais, na empresa privada praticam-se preços socialíssimos. Guimarães é o Concelho campeão dos impostos e taxas altas. Os números não enganam e afastam as lamas, ainda que termais. São o algodão para as ilusões. Feitas as contas o “Sr. Silva” se quiser fazer termas em Guimarães vai pagar mais do que o amigo “Almeida” que não fez como ele e optou pelas termas de Vizela.” -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, sobre a intervenção de José Manuel Torcato Ribeiro, disse que a Câmara Municipal está a cumprir o programa eleitoral sufragado pelos vimaranenses, referindo, como exemplo, a nova concessão do transporte público de passageiros, que teve o seu início em janeiro de 2022, a continuidade do projeto para a via de ligação ao Avepark e acesso à autoestrada e a ligação do Sistema Urbano de Transporte de Guimarães ao Sistema Urbano de Transporte de Braga, por metrobus ou por metro de superfície e futura ligação ao eixo ferroviário de alta velocidade. Prosseguiu, clarificando que o Secretário de Estado das Infraestruturas tinha anunciado que a ligação ferroviária entre Guimarães e Braga teria um custo de cerca de mil milhões de euros, o que era bastante elevado tornando essa obra de difícil execução. Ainda assim, explicou que os estudos apresentados ao Governo, quer pelo Professor Álvaro Costa, quer pelo Professor José Mendes, apontam para uma via dedicada, preferencialmente para metro



ligeiro de superfície, transporte mais flexível e que responde melhor à população do que o ferroviário. Disse ter reunido, na passada semana, com o Ministro da Mobilidade e da Transição Climática e com o Secretário de Estado da Mobilidade, tendo ficado acordado reunirem cumulativamente com a Câmara Municipal de Braga para que, em conjunto, se pondere a ligação entre os sistemas de mobilidade urbana destes dois Concelhos, para posterior ligação à Estação Ferroviária de Alta Velocidade. Prosseguiu, informando que o edifício do Teatro Jordão alberga a Escola de Artes Performativas, a Escola de Música e a Escola de Teatro, tendo acrescentado que a requalificação deste edifício foi distinguida pelo Prémio Nacional de Reabilitação Urbana, na categoria de Impacto Social e o projeto distinguido com atribuição de dois prémios, no concurso “Prémio Prestígio”, realizado pelo Expresso SIC. Depois, clarificou que compete à Agência Portuguesa do Ambiente aplicar as multas decorrentes das transgressões cometidas e denunciadas pelos Guarda-rios. Sobre os impostos municipais, lembrou que Guimarães continua a ser o Município que aplica a taxa de IMI mais baixa dos Concelhos que compõem o Quadrilátero Urbano, aproveitando para reiterar que estas receitas viabilizam o apoio que as câmaras municipais prestam às famílias mais fragilizadas. Sobre a intervenção de Rui Armindo da Costa Freitas, que fez uma leitura da sociedade e das políticas públicas, deixou claro que a Câmara Municipal tem como prioridades para o território a Cultura, a Educação e a Ciência, empoderando, deste modo, a economia e os cidadãos em geral. Acrescentou que Guimarães, embora sendo um Concelho constituído por milhares de pequenas e médias empresas, está, ao nível nacional, em décimo lugar no volume de negócios e em quinto lugar no saldo da balança comercial. Prosseguiu, reiterando o que foi dito por Hugo Francisco Teixeira, acrescentando que a qualidade de vida é obtida com um

nível de rendimento e uma comunidade que crie as condições para se afirmar na sociedade em geral. De seguida, explicou que as candidaturas a Capitais Verdes Europeias se diferenciam de outro tipo de candidaturas por terem a concorrência de todas as cidades europeias, não havendo lugar a escolha política dos Governos Nacionais, como acontece, por exemplo, nas candidaturas a Capitais Europeias da Cultura. Sobre as questões relacionadas com a Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, esclareceu que esta empresa continua a ser uma das sociedades de capitais públicos de referência no país. Disse lamentar que o saneamento em alta não esteja, também, entregue à Vimágua, porque, tal como está, obriga a introduzir no tarifário o valor do saneamento em alta, que é faturado pelas Águas de Portugal. Acrescentou que o valor da tarifa da água não sofre qualquer aumento desde 2013 e que Guimarães é um dos poucos concelhos que detém tarifa social. Por fim, quanto à intervenção de André Faria Ferreira, disse ter como certo que a Taipas Turitermas pratica preços sociais. Ainda assim, assegurou que apurará a questão dos preços praticados pela referida entidade para, posteriormente, dar a devida informação. -----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por André Filipe Mendes de Castro Almeida, Paulo Miguel Lima Peixoto, Rui Armindo da Costa Freitas, André Faria Ferreira, José Manuel Araújo Ribeiro, José Manuel Torcato Ribeiro e Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos. -----

César Nuno da Costa Teixeira, do Grupo Municipal do PSD, protestou pelo facto de o Presidente da Câmara, na resposta aos esclarecimentos que lhe foram solicitados, ter referido que o PSD diz mal dos empresários vimaranenses, acrescentando não receber lições do Presidente da Câmara no que diz respeito à apreciação que o PSD faz dos empresários. Acrescentou que a pior coisa que se pode fazer aos empresários, aos



trabalhadores e aos vimaranenses, enquanto responsáveis municipais, é fazer como a “avestruz”, enfiar a cabeça de baixo da areia e fugir dos problemas. -----

Pedro Manuel da Silva Mendes, do Grupo Municipal do PS, usou da palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, dizendo ter considerado o protesto, acabado de fazer, um abuso demagógico, ainda mais, aproveitando o público presente na sessão, para declinar as palavras que vem transmitindo, sessão após sessão, denegrindo a economia vimaranense e os pequenos empresários que puxam, dia após dia, pela economia.-----

O **Presidente da Mesa**, respondendo à interpelação feita à Mesa da Assembleia, informou que, goste-se mais ou menos, a intervenção que foi de César Nuno da Costa Teixeira conteve-se naquilo que é a figura regimental de protesto.-----

----- **PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO**-----

----- **INTERVENÇÕES**-----

Luís Fernando Ferreira de Melo Guedes, em representação de um grupo de comerciantes tradicionais de Guimarães, presentes na sessão, manifestou a sua indignação pela decisão da Câmara Municipal em condicionar o trânsito em algumas artérias do Centro da Cidade. Lembrou cidades onde o corte do trânsito não foi benéfico para os comerciantes, como Coimbra e Viana do Castelo. Abordou a falta de estacionamento de proximidade suficiente, acrescentado que a Câmara Municipal pretende fazer da cidade um “bibelô” muito bonito, mas desprovido de vida. Por último, pediu mais animação e atividades de rua para dinamização do comércio tradicional.-----

João Carlos Dias Machado, residente na Freguesia de Serzedelo, usou da palavra para, novamente, falar sobre os problemas decorrentes da EN 310. Anunciou, então, ter reunido com a maior parte dos grupos municipais

presentes e que, após algumas movimentações públicas de sua parte, o Município de Guimarães decidiu reabrir o processo, após um ano da visita ao local do próprio técnico da Câmara Municipal. Acrescentou que a equipa técnica propôs, como solução imediata, o alargamento dos tubos de drenagem que passam no seu terreno. Porém, tratando-se de um terreno privado, disse considerar que a Câmara Municipal deveria corrigir os erros que têm que ser corrigidos e não optar por utilizar o seu terreno, que é privado, para realizar uma intervenção que será de remedeio, o que rejeita liminarmente. Deste modo, disse continuar a aguardar uma solução definitiva da Câmara Municipal para os problemas de falta de escoamento das águas que derivam da EN 310. -----

Grupos Municipais: -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, em nome do Grupo Municipal da IL, disse estar solidário com as preocupações manifestadas nas duas intervenções, afirmando estar totalmente disponível para, dentro das suas competências, ajudar no que for necessário. -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, em nome do Grupo Municipal do BE, sobre a intervenção de Luís Fernando Ferreira de Melo Guedes, disse compreender os receios que possam ter neste momento, mas o BE é, e sempre foi, a favor do condicionamento de trânsito no Centro Histórico, por várias razões, que fez questão de enunciar. Sobre as questões relacionadas com a EN 310, deu conhecimento de ter já agendada uma reunião com João Carlos Dias Machado, para o dia de amanhã, o que lhe permitirá fazer a devida análise da situação e prestar o devido apoio político.-----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, em nome do Grupo Municipal do CH, anunciou já ter reunido com João Carlos Dias Machado para perceber os problemas que tem apresentado na Assembleia Municipal, referindo defender uma requalificação da EN 310. Sobre a intervenção de Luís



Fernando Ferreira de Melo Guedes, anunciou que constava do programa eleitoral do Chega a construção de um novo parque de estacionamento, lembrando, contudo, que é a favor do corte de trânsito no Centro Histórico.

José Manuel Torcato Ribeiro, em nome do Grupo Municipal da CDU, anunciou que a CDU mantém a posição, que sempre defendeu, do corte de trânsito no Centro Histórico porque, de facto, o Centro Histórico atualmente não tem a vitalidade que devia ter, recordando, como exemplo, a retirada dos CTT da rua de Santo António, que, para si, era potenciador do comércio daquela rua. Sobre os problemas que decorrem da EN 310, disse já ter reunido com João Carlos Dias Machado, tendo compreendido a sua preocupação, que comunicou a quem de direito, dizendo acreditar que tudo será resolvido da melhor forma.-----

Paulo Miguel Lima Peixoto, em nome do Grupo Municipal do CDS-PP, começou por referir que o corte de trânsito no Centro Histórico deve ser analisado e avaliado em função das alternativas que podem ser alocadas, designadamente, ao nível do estacionamento e da promoção do próprio comércio. Sobre a EN 310, disse ser conhecedor de que o assunto se encontra em análise técnica, a qual acompanhará, reiterando a disponibilidade do CDS-PP para acompanhar a preocupação apresentada pelo cidadão que interveio.-----

César Nuno da Costa Teixeira, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, recordou que o PSD tem vindo a alertar para a situação estrutural que define a situação económica e social do Concelho e que, também, é uma das causas prováveis da situação do próprio comércio tradicional - a falta do poder de compra dos vimezanenses. Considerou que deveria existir um plano municipal para o desenvolvimento económico e social, com reflexo em políticas efetivas para o comércio tradicional poder prosperar, ao invés de

mingar, como vem acontecendo. Concluiu, lamentando que o Município, como tem acontecido na maior parte dos casos, avance com manifestações de intenção, mas sem que tenha estudos económicos que demonstrem, como inevitável, a solução que preconiza.-----

Esta intervenção conduziu o **Presidente da Mesa** a usar da palavra para dizer que a resposta excedeu, largamente, aquilo que era o seu fim, ou seja, responder à questão que foi colocada.-----

César Nuno da Costa Teixeira pediu a palavra para dizer ter feito o comentário que achava dever fazer, face ao que estava em cima da mesa, considerando, por tal, que este alerta foi apenas o coartar daquilo que é a liberdade da bancada de um partido sobre um determinado tema em concreto.-----

Em nome da Mesa da Assembleia, o **Presidente** disse que jamais entraria na discussão política deste tema. Todavia, esclareceu que cabe à Mesa fazer cumprir o Regimento da Assembleia Municipal, mantendo uma posição de distanciamento. Finalizou, apelando a todas as bancadas parlamentares para não forçarem os limites do próprio Regimento, porque dificultaria muito a condução dos trabalhos.-----

Hugo Francisco Monteiro Teixeira, em nome do Grupo Municipal do PS, relativamente à intervenção de Luís Fernando Ferreira de Melo Guedes, mencionou que a Câmara Municipal, com o condicionamento de trânsito no Centro Histórico, nomeadamente com o corte em algumas das suas artérias, pretende promover o comércio tradicional do Centro da Cidade, em linha com o que tem acontecido em muitas cidades de nível europeu. Lembrou alguns dos investimentos que o Município tem feito para ajudar o comércio tradicional, nomeadamente, a implementação dos Bairros Comerciais Digitais. Concluiu, referindo que a Câmara Municipal tem dialogado com as Associações e reiterado que o corte do trânsito ocorrerá de forma faseada. -



----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

INFORMAÇÕES PARA CONHECIMENTO-----

1 - REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO – PONTO DE SITUAÇÃO. Submete-se à Assembleia Municipal, para conhecimento, uma informação sobre o ponto de situação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, da qual foi tomado conhecimento pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.-

ASSEMBLEIA -----

2 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2022. Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.-----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Augusto Rafael Capela Duarte, Carlos Alexandre Lopes Rodrigues Ribeiro, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Ana Margarida da Costa Teixeira, Rui Armindo da Costa Freitas, Pedro Manuel Pastor Torcato Ribeiro, João Martins da Cunha, Augusto César Fernandes Guimarães, José Pereira da Silva, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Ricardo

Jorge Carvalho Castro, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu, Maria Manuela Magalhães Ferreira da Costa e Silva, Célia Fernanda Araújo Teixeira e Raquel Susana Fernanda Oliveira.-----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.--

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos,

Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Jorge Manuel Costa Nunes, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares de Freitas, Augusto Rafael Capela Duarte, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, Alberto Manuel Gonçalves Mota, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito, Augusto César Fernandes Guimarães, António Brás Mendes Pereira, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Ricardo Jorge Carvalho Castro, Luís António da Silva Costa Abreu, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Maria Manuela Magalhães Ferreira da Costa e Silva, Célia Fernanda Araújo Teixeira e Raquel Susana Fernanda Oliveira. -----

4 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 5º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a ata da sessão ordinária da



Assembleia Municipal realizada no dia vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido entregue a todos os membros da Assembleia, juntamente com a agenda desta sessão.--

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR** por unanimidade. -----

Não participaram na votação da Ata, por não terem estado presentes na sessão, os seguintes membros: Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, Sónia Ermelinda Matos Silva Fertuzinhos, Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, Hugo Francisco Monteiro Teixeira, Pedro Miguel Vilhena Abreu Roque Figueiredo, Jorge Manuel Costa Nunes, Hugo Maciel Tavares ed Freitas, Augusto Rafael Capela Duarte, Maria Joaquina Oliveira Antunes, João Manuel Fernandes da Silva Ribeiro, André Guimarães Coelho Lima, Emídio Guerreiro, Ana Margarida da Costa Teixeira, André Filipe de Castro Sousa Casalta, Carlos Vítor da Cunha Gonçalves, Augusto César Fernandes Guimarães, António Brás Mendes Pereira, Marta Filipa da Silva Gonçalves, Ricardo Jorge Carvalho Castro, Tiago José Xavier da Silva, Guilherme Paulo Ribeiro Abreu, Flávio Romeu de Sousa Freitas, Maria Manuela Magalhães Ferreira da Costa e Silva, Célia Fernanda Araújo Teixeira e Raquel Susana Fernanda Oliveira.-----

REVISÃO ORÇAMENTAL-----

5 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA. Submete-se à discussão e votação da Assembleia Municipal a proposta designada por “Primeira Alteração Orçamental Modificativa”, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

A Assembleia **DELIBEROU APROVAR**, por maioria, com **93 votos a favor** (24 eleitos do PS, 36 Presidentes de Junta do PS, 12 eleitos do PSD, 11

Presidentes de Junta do PSD, 4 eleitos do CDS-PP, 1 Presidente de Junta do CDS-PP, 3 eleitos da CDU, 1 eleito do CH e 1 eleito do BE) e **1 abstenção** (1 eleito do BE). -----

CÂMARA -----

6 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

GUIMARÃES. Submete-se à discussão da Assembleia Municipal o relatório acerca da atividade da Câmara Municipal de Guimarães, no período compreendido entre um de dezembro de dois mil e vinte e dois e trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e três. O documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

André Filipe Mendes de Castro Almeida, do Grupo Municipal do CH, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Lemos neste documento (pág. 14) que se está a desenvolver a ampliação do edifício da Escola de Mascotelos. Tendo sido assunto de intervenção por nossa parte, gostaríamos de perguntar-lhe, se vai juntar a esta ampliação do edifício, a ampliação da Rua da Liberdade, obtendo finalmente a resolução do problema que aquela rua enfrenta todos os dias com as entradas e saídas da escola e o tráfego industrial que se faz sentir no local. Lemos também (pág. 18) que Guimarães foi selecionada no âmbito do projeto “Sustainable Rebuilding of Ukrainian cities”. E o concelho terá uma equipa multidisciplinar a contribuir ativamente para a reconstrução de cidades devastadas pela guerra. As perguntas são Em que áreas específicas o vamos fazer? Como será montada essa equipa? E por quem será montada essa equipa? Por fim, a linha de alta velocidade (pág. 31), vamos viver de mais uma utopia ou dar já antecipadamente um passo num outro rumo?” -----

Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, do Grupo Municipal da IL, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “A Iniciativa Liberal analisa sempre com muito interesse estes relatórios de



atividades, e já tivemos oportunidade nesta Assembleia de reconhecer o interesse público de alguns dos pontos do documento. Antes de passarmos ao conteúdo, gostaria de lhes propor uma curta reflexão sobre a forma: é hoje um princípio universalmente reconhecido, desde o Direito aos Serviços públicos, passando pela academia e pelos negócios, que uma política de inclusão passa também por uma maior simplicidade na escrita. Ora bem: se o Relatório de Atividades quiser ser um documento de políticos a falar para políticos, está bem como está. Se, pelo contrário, quiser ser um documento para todos os cidadãos, que cada vimaranense consiga consumir em tempo limitado e sem o mesmo contexto prévio que têm os autores, a Iniciativa Liberal recomenda ao executivo que revise o formato e a escrita destes documentos, tornando-os mais simples e diretos ao assunto, que se leiam mais como um documento informativo ao serviço dos cidadãos do que como um panfleto publicitário. Em relação ao conteúdo, como é habitual, e apesar da dimensão do documento, o que nos parece mais surpreendente continua a ser o que lá falta, mais do que o que lá está. Já aqui dissemos e continua a ser verdade: O Relatório de Atividades denuncia uma certa miopia política do executivo em Guimarães em relação às áreas de atuação de uma Câmara Municipal. Vejamos: No que respeita à juventude, um tema diretamente ligado a outro mais abrangente que é a perda de famílias residentes e de população, a atividade de um concelho como Guimarães não pode estar limitada a iniciativas avulsas que saem do Conselho Municipal da Juventude, e às ideias que saíram da consulta aos jovens. Qual é a orientação e a linha de ação concreta do município relativamente à fixação de jovens no concelho? Guimarães ocupava, em 2018, a posição 130 no número de crianças matriculadas no primeiro ciclo em percentagem da população total. Em 2019, caiu para o n.º 135. Em 2020, já éramos o 148, e em 2021, um

trágico 152. Será suficiente, como política para a juventude, simplesmente inaugurar com pompa um skatepark no Parque da Cidade, se os dados nos sugerem que a curto prazo vamos ter menos jovens do que o concelho de Borba? Na economia: o Relatório de Atividades continua a ser uma evidência de que a dinamização económica não é uma prioridade, seja ao nível do comércio local, como aqui já referimos por mais do que uma vez, seja ao nível da política económica mais alargada. Deixamos aqui a nossa saudação a todas as empresas que continuam a orgulhar Guimarães nas feiras internacionais no Têxtil e no Calçado, assim como os recentes reconhecimentos das nossas ilustres representantes na cutelaria. A celebração dos sucessos destes sectores históricos para o concelho não pode servir para o executivo se esconder e se furtar às suas responsabilidades na diversificação do tecido económico e da perda de competitividade. Não se entende que continue a não haver uma palavra sobre qualquer iniciativa nessa área nestes Relatórios. Por último, na área da sustentabilidade: O Relatório de Atividades, neste particular, carece de uma abordagem muito mais factual e baseada em dados. Não faltam proclamações, iniciativas bem-intencionadas e a projeção de uma imagem externa sobre políticas verdes. No entanto, quando olhamos, por exemplo, para a evolução do consumo de combustíveis fósseis na frota da Câmara Municipal, vemos um aumento do consumo de gasolina, embora parcialmente em substituição do gasóleo. Apesar de compreendermos que o consumo reduziu nos tempos de pandemia e que, por isso, é agora expectável um aumento, não deixamos de nos questionar sobre os motivos para a estagnação nesse particular. Em resumo: O que podemos esperar de Relatórios de Atividades futuros em matéria de maior simplicidade e acessibilidade à população, uma maior abrangência sobre as áreas de atuação do executivo, e progressos na área da fixação de população e da



sustentabilidade?” -----

João Paulo Serra Salazar, do Grupo Municipal do CDS-PP, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O CDS leu atentamente o presente relatório e não poderia deixar passar alguns temas que não constam no presente relatório. Na parte da economia, gostaríamos que fosse abordado o tema da passagem de ano. Não encontramos, no presente documento, nenhuma referência ao impacto económico ou até à afluência que teve este mesmo evento. O retorno foi positivo? A afluência foi a esperada? Para o investimento que foi anunciado esperávamos certamente uma resposta para estas mesmas perguntas, que o Senhor Presidente irá responder certamente. Relativamente ao Urbanismo, que é o tema subjacente ao caso que vou referir a seguir. Guimarães foi afetado pelas chuvas intensas que degradaram bastantes acessos (estradas e seus complementos). Tendo em conta que somos um concelho com bastantes mortes na estrada (4º concelho com mais mortes na estrada), perguntamos se está a ser feito um planeamento para requalificação das nossas estradas e facilitando assim a mobilidade em todo o concelho, priorização as vias mais importantes ou as que foram mais afetadas pelo mau tempo.” -----

Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, do Grupo Municipal do BE, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Falemos de transportes – Com a entrada em vigor da conceção de transportes rodoviários em dezembro do ano passado, adjudicada à Transdeve e que deu origem à empresa Ave Mobilidade, estávamos todos à espera que se resolvessem grande parte dos problemas da mobilidade em Guimarães. Mas não. A transição não foi estruturada nem as informações foram claras tendo em conta a ainda confusão sobre quem pode ou não

viajar usando outros títulos, se os percursos se mantinham, que alterações nos trajetos, etc., obrigando, em alguns casos à compra inesperada de bilhetes e renovação involuntária de passes. A situação que passarei a ilustrar é real, qualquer semelhança com a ficção é pura ilusão: Dois jovens propuseram-se reativar o passe em outubro de 2022, beneficiaram de um desconto pelo facto de o trajeto estar dentro da comparticipação da CIM do Ave. Logo aí tiveram de pagar novo passe, com o custo de 5€ cada. Com a entrada em funcionamento da Ave Mobilidade tiveram alguns dissabores: - Por incompatibilidade e atraso na implementação, na primeira quinzena de janeiro viram-se impossibilitados de carregar o passe como habitualmente, podendo contudo, viajar até que a situação se resolvesse; - Na segunda quinzena viram-se impedidos de carregar o passe, sendo obrigados a pagar bilhete, sob pena de não poderem seguir viagem e que teriam de mudar o passe, pois aquele que tinham adquirido 2 meses antes não podia ser usado; - Dirigiram-se às instalações da empresa, expuseram a situação e tomaram conhecimento de que tinham de mudar o passe, com um custo adicional de mais 5€, cada. Ora, feitas as contas, estes dois utilizadores da Ave Mobilidade, naturalmente haverá mais exemplos, gastaram 33.75€ em bilhetes mais 5€ pelo passe, num total de 38.75€, cada, quando o valor do passe era de 25.45€. Enquanto Presidente da CIM do Ave, o que aqui pergunto Sr. Presidente, é se não considera ter havido falha na implementação da nova concessão de transporte rodoviário? Se não considera injusto serem os utentes a suportar custos dessa implementação? E, se não considera que a CIM deverá compensar todos aqueles que comprovadamente tenham sido prejudicados? Provavelmente, na próxima concessão haverá necessidade de novos passes, mais apelativos visualmente cujo custo sairá do bolso dos utentes, o que nos leva mais uma vez a considerar que este modelo não serve o interesse dos vimaranenses e o que



faz sentido é uma rede municipal de transportes públicos. Quase sempre, a oposição vem aqui dar relevo às escolhas do executivo com as quais não concorda, sobre as quais levanta as legítimas questões, sempre fundamentadas na essência política das mesmas. O Bloco pautou-se sempre pelo cumprimento escrupuloso desse princípio. É justo, da mesma forma, que se valorizem as boas escolhas, principalmente quando são fruto do reconhecimento da pertinência de propostas da oposição, que visam o melhor para o território e para as pessoas. A 24 de março de 2021, o BE enviou um requerimento à Câmara sobre o abate de dezenas de árvores em Caldelas, nomeadamente no Largo Frei Cristóvão dos Reis, no Largo das Termas e na Avenida da República. A maioria das árvores, aparentemente saudáveis, e em que os responsáveis do projeto de requalificação sempre disseram o contrário daquilo que veio a acontecer, de que o património natural seria preservado. Nessa sequência, o BE solicitou que fossem esclarecidos os motivos dessa decisão e a divulgação do relatório fitossanitário realizado, onde certamente estaria o estado de conservação daquelas árvores. A preocupação com a preservação ambiental faz parte da essência do Bloco e tanto assim é que essa preocupação consta do nosso programa eleitoral autárquico e propusemos nesta Assembleia Municipal, em 30 de abril de 2021, através de uma moção a criação de um regulamento para a Proteção, Gestão e Fomento do Arvoredo Urbano. Na altura, o Senhor Presidente disse, e passo a citar: “concordar com a elaboração de um regulamento, que incluía as normas existentes de boas práticas e o conjunto de conhecimentos de especialistas da área”, fim de citação. Esta moção do Bloco de Esquerda foi aprovada por unanimidade e contou com uma declaração de voto do PS, proferida pelo agora vereador Paulo Lopes da Silva, dizendo que, cito:” concordamos com a proposta apresentada,

denotando assim, também, que da crítica construtiva e das propostas construtivas possam sair melhores soluções para as populações”, fim de citação. E é assim mesmo, também nós concordamos com o que foi dito, e por isso, de acordo com uma noticia num órgão de comunicação local em que se diz claramente que Guimarães tem desde final do ano passado, um Gabinete de Gestão do Arvoredos, referindo ainda que este é mais um projeto que resulta do Ecosistema de Governança Guimarães 2030, digamos Sr. Presidente, se a criação deste gabinete corresponde ou não o levar à pratica, e bem, de uma moção apresentada pelo Bloco e aprovada por unanimidade? Seja como for, é bom saber que ainda que tão poucas vezes, as boas propostas fazem eco no sistema de governança”. -----

José Pedro Ribeiro Salazar, do Grupo Municipal do PSD, recuou no tempo para anunciar que, aquando da sua última intervenção sobre a estratégia de política fiscal do Executivo, ou a falta desta, ter notado alguma confusão do Grupo Municipal do PS sobre quais as verdadeiras propostas do Partido Social Democrata para a Derrama Municipal, tendo, inclusive, entendido ter existido confusão de que a proposta de descida de 1.5 pontos percentuais dizia respeito à taxa de retenção do IRS e não em relação à Derrama. Deste modo, disse querer deixar claro que o PSD, tendo em vista a atração e fixação de empresas, defende a isenção total da taxa reduzida, como acontece nos restantes Concelhos do Quadrilátero, e a redução de 0.5 pontos percentuais na taxa geral, aproveitando para levantar as seguintes questões: Como se pode querer que a indústria de alto valor acrescentado e de grande valor criativo se fixe, ou melhor, não fuja do concelho, quando a seguir asfixiamos com valor máximo legal de Derrama Municipal? Porque não diferenciar, positivamente, com alívios fiscais, como as normas da autoridade tributária o permitem, como por exemplo, com empresas que criem postos de trabalho, referentes ao ano anterior, como acontece em



Vila Verde? Ou com empresas que invistam parte dos seus lucros na criação de valor, como acontece nas Caldas da Rainha? Prosseguiu a sua intervenção, lamentando a carência de parques industriais e considerando que o Plano Diretor Municipal dificulta a atração de novas empresas, defendendo que estaria na altura de o partido Socialista deixar de se escudar no fundamento “dumping solidário social”, reiterando a urgência de mudar o rumo, pois, se assim não acontecer, vai-se continuar a ver passar aviões, com a Airbus em Santo Tirso, a ver passar comboios, com a Medway em Famalicão e a ver passar camiões, com a Olicargo, também em Famalicão. Finalizou, informando que o PSD, por considerar que o alívio fiscal às empresas e classe média é fundamental, irá requerer à Assembleia Municipal a criação e ativação da Comissão Especializada de Administração, Finanças e Plano para que todos os partidos políticos possam começar a pensar na política fiscal e no próximo orçamento. -----

José Manuel Torcato Ribeiro, do Grupo Municipal da CDU, começou por dizer que as contas certas da Autarquia, ou do Governo, não são sinónimo de contas certas para as famílias, recordando que a cada dia que passa as economias familiares saem prejudicadas devido ao aumento de preços semana após semana, e, neste âmbito, a população vimaranense que, na sua grande parte, auferir salários baixos ressentem-se. Referindo-se ao protesto dos trabalhadores, públicos e privados, ocorrida no dia anterior - Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta, transmitiu que a CDU está solidária com todos aqueles que sofrem com baixos salários, com precariedade e com falta de cumprimento dos seus direitos. Prosseguiu, considerando que a Câmara Municipal de Guimarães está em linha com a teoria das contas certas, fazendo parte da “cartilha” do PS nacional que, por sua vez, entronca nas imposições da União Europeia. Considerou, ainda, que não estava em

causa contas corretas, despesas e compromissos assumidos de modo transparente na resolução de aspirações e necessidades das populações, de acordo com o plano de prioridades, mas promessas por cumprir e sacrifícios e sofrimentos inaceitáveis. Acrescentou que manter as contas equilibradas à custa de protelar a resolução de problemas, ou empurrar os problemas com a “barriga”, adiando soluções, não são contas certas. No que toca à questão da habitação, disse lamentar que a promessa de construir habitações para os mais carenciados seja adiada pela Câmara Municipal há anos, levando a população a ter de abandonar o Concelho. Estando em contagem decrescente para se proceder à entrega da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, valorizou o trabalho que está a ser feito por toda a equipa envolvida no processo e alertou que a limpeza dos rios pode trazer surpresas desagradáveis, referindo-se ao coletor que ficou a descoberto, na zona de Brito, e que verte diariamente esgotos para o rio. Por fim, disse que o Presidente da Câmara tem que exigir do Governo, com urgência, mais condições para os Centros de Saúde de Guimarães, quer para as estruturas físicas, quer para contratação de profissionais de todas as áreas, quer para renovação de material informático. -----

André Filipe de Castro e Sousa Casalta, do Grupo Municipal do PSD, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “O Partido Social Democrata já defendeu aqui na anterior assembleia que o serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros deve ser encarado como um modelo de mobilidade eficiente ao serviço da comunidade e que pode contribuir para a qualidade de vida dos nossos munícipes. Enquanto Autoridade de Transportes Municipal, o Município de Guimarães tem de ser um elemento ativo na promoção da utilização do transporte público coletivo. Coloquemo-nos novamente no lugar de um cidadão comum, o “Senhor Silva”. Certo dia o “Senhor Silva” teve um problema no seu



automóvel e, em cima da hora, viu-se obrigado a recorrer ao transporte público coletivo para se deslocar para o trabalho. Por esse motivo teve de adquirir um bilhete simples a bordo do autocarro que o levava até perto do seu emprego. Tendo em conta o ponto de partida e o destino da viagem, o bilhete custou-lhe 2,75€ para cada lado, valor que considerou avultado para quem tiver de se deslocar diariamente por este meio. Por curiosidade o “Senhor Silva” foi consultar a tabela tarifária da concessionária. A primeira impressão foi de que a tabela é de difícil interpretação, mas felizmente tinha uma longa viagem pela frente para o entender. Quando conseguiu finalmente perceber em qual das 16 diferentes zonas apresentadas se enquadrava, constatou que teria de desembolsar cerca de 63€ para adquirir o “passe social” mensal e acabou por desistir da ideia. Chegado ao trabalho o “Senhor Silva” comentou a situação com um colega que por acaso é de um concelho vizinho e que depressa o alertou para o facto de que os bilhetes “simples a bordo” nesse município são mais baratos e o “passe social” bem mais acessível. Infelizmente o “Senhor Silva” não tinha conhecimento das medidas de apoio previstas no Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, e não sabe que existe um apoio de 50% de desconto no valor do “passe social” que lhe permitiria deslocar-se para o seu emprego através de transporte público, por 30€/mês, refletindo-se numa poupança significativa do seu orçamento familiar. Estranha-se por isso que a divulgação destas medidas seja escassa e que a tabela tarifária divulgada pela GuimaBus e aprovada pelo Município, para além de difícil interpretação, não reflita as medidas de apoio à redução tarifária. Desta forma facilmente se afugentam potenciais clientes quando se apresentam valores de passes sociais que podem ascender aos 73€ mensais, quando o limite máximo estabelecido pelo PART é de 30€. É preciso simplificar, é

preciso fazer chegar à população esta informação da forma mais simples e clara possível! É preciso olhar para este tarifário e refletir se o município está a prestar um bom serviço à comunidade!” -----

Pedro Miguel Guimarães Marques da Cunha, do Grupo Municipal do PS, começou por anunciar que abordará três pontos, distintos, associados ao desenvolvimento sustentável no Município. Assim, sobre a sustentabilidade como um objetivo intergeracional, salientou e reenfatiçou a sua perspetiva estratégica para o desenvolvimento do Município, evidenciando a necessidade clara da assunção deste compromisso, não só pelo Executivo Municipal, mas, também, pela Assembleia Municipal, pelas diferentes instituições da cidade e, mais importante ainda, por cada cidadão, numa lógica intergeracional que suportará o legado que se pretende deixar aos nossos concidadãos. Acrescentou que é um tema amplo e complexo, cujo âmbito total não é possível de englobar numa pequena intervenção política, mas particularmente sensível para merecer uma constante renovação do apelo ao seu compromisso, por todos, dentro de uma saudável e necessária argumentação e contraditório, que permita a contínua melhoria dos processos através da inclusão das mais variadas soluções exequíveis para o futuro. Evidenciou, por último, um conjunto de iniciativas transformadoras, já em curso, e a necessidade clara de, progressivamente, estabelecer este domínio como uma área de diálogo e de convergência política. Considerou importante estabelecer objetivos de compromisso comum para o desenvolvimento sustentável, incluindo 2030, e, também, 2050, acrescentando que esta metodologia de governação, progressivamente, incorpora diferentes entidades académicas, públicas e privadas, nacionais e internacionais, que alargaram a base técnica de suporte das decisões e projetos alavancados, assim como, permitiram a integração progressiva de vertentes de desenvolvimento sustentável para a cultura, para a economia e



para o setor social, numa estratégia multidisciplinar e multinível que tem uma base, a capacitação do cidadão para a participação ativa. Acrescentou, ainda, que a capacidade transformadora desta política é cada vez mais palpável pelo desenvolvimento de indicadores de transformação do território e das pessoas, reconhecida internacionalmente. Sobre a educação e sensibilização ambiental, salientou a importância de antecipar o progresso do trabalho em direção aos objetivos do desenvolvimento ambientalmente sustentável para 2030, trabalho prosseguido pelo Executivo Municipal e pela Estrutura de Missão. Referiu vários projetos implementados, de entre os quais, a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e o Programa Pegadas, que conduziram o Município a ser reconhecido pela Presidência do Conselho Geral da Rede Nacional de Alterações Climáticas. Acrescentou que o Município de Guimarães decidiu, ainda, alinhar o Orçamento Municipal e o Plano de Atividades da Câmara Municipal com os dezassete objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030, não só identificando os temas de maior investimento e atenção, mas, também, monitorizando o seu grau de execução e as medidas previstas nesse aspeto. Disse não poder concluir este segundo tema, sem referir os mais recentes progressos alcançados neste domínio, em consonância com a procura ativa de cumprir os objetivos, mencionando o alargamento da recolha de resíduos orgânicos, a aposta na compostagem individual, que permitiram que Guimarães faça parte de um pequeno conjunto de doze cidades europeias com projeto piloto na iniciativa de cidades e regiões com projetos na economia circular. Lembrou, por último, a criação do Gabinete de Gestão do Arvoredo que, incluído no Laboratório da Paisagem, é outra ferramenta que permitirá a mais eficaz gestão e monitorização do património arbóreo da cidade, bem como, da proteção da sua biodiversidade. Sobre a Capital Verde

Europeia 2025, pelo atrás descrito e pelo compromisso claro da estratégia de desenvolvimento sustentável, disse surgir, como era natural, a sua candidatura que a Estrutura de Missão está a ultimar. Ainda assim, evidenciou que esta candidatura, mais do que um fim, é a clara aposta de utilizar o seu processo para continuar a pensar e identificar os desafios da sustentabilidade, encontrar soluções inteligentes e potenciadoras da economia circular e manter um processo de envolvimento dos cidadãos com este compromisso de futuro. Referiu que o exemplo de como o processo de candidatura, em si, é uma estratégia de melhorar o projeto de sustentabilidade, está na forma como, fruto de um trabalho maturado e multidisciplinar, se pode hoje olhar para os indicadores de sustentabilidade de forma integrada, relacionando áreas de ação diferentes que, integradas, contribuem para os resultados almejados. Acrescentou, finalizando, tratar-se de um processo que é de todos e um desafio comum, que não se pretende coberto de unanimismo ou triunfalismo, mas que seja marcado pelo progresso humilde, resiliente e de diálogo constante, pelo sucesso que será, obviamente, partilhado. -----

Emídio Guerreiro, do Grupo Municipal do PSD, referiu que uma família de Guimarães, que designou por “Família Silva”, aufere, por casal, menos €344,00 por mês do que se morasse para o lado da Morreira - Braga e menos €240,00 por mês se vivesse para lá da Freguesia de Ronfe – Famalicão, disse que, apesar dessa diferença, é uma família satisfeita por viver com qualidade, lamentando que estes dados concretos não incomodem a Câmara Municipal de Guimarães, o seu Presidente e o Partido que lidera o Município há mais de 30 anos. Por último, lamentou, igualmente, que esta “família” de Guimarães pague o transporte mais caro, o serviço de termas mais caro, as piscinas mais caras e os seus comerciantes paguem mais Derrama. Terminou, recordando que, mesmo naquela parte



que a lei permite às Câmaras Municipais dar um “bocadinho do nosso IRS”, o Partido Socialista de Guimarães opta por ficar com todo o valor da receita, considerando-se capaz de o distribuir melhor. -----

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, do Grupo Municipal do PS, fez a sua intervenção, lendo, em voz alta, o texto que a seguir se transcreve: “Neste ponto da ordem de trabalhos, analisamos o relatório da atividade da Câmara Municipal de Guimarães no período compreendido entre 01 de dezembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023. Dois meses é, portanto, o período em análise. Analisar a atividade de um determinado período e de uma determinada entidade é uma tarefa difícil por duas ordens de razão: - Se optarmos por fazer uma análise da atividade “strictu sensu” corremos o risco de sermos estritos na análise e não conseguirmos vislumbrar a amplitude da atividade, as suas correlações, origens, complementaridades e consequências. Ganhamos detalhe, mas perdemos visão global. - Se optarmos por fazer uma análise da atividade “lato sensu” corremos o risco de sermos demasiado genéricos na análise. Podemos reforçar a visão global, mas perdemos detalhe, especificidade e contexto. Permitam-me ser metafórico e dizer que se olharmos apenas para a floresta podemos ver uma bela composição arbórea, uma ampla área intervencionada e ricas manchas de diversidade. Se olharmos apenas para a árvore podemos analisar e avaliar cada unidade, cada pormenor, cada detalhe, mas perdemos o horizonte. Proponho-me assim fazer uma análise da atividade da Câmara nestas duas perspetivas. Olhar para a floresta (e entenda-se floresta como um período de governação de mais de 30 anos, entenda-se floresta como a totalidade do território concelhio e entenda-se floresta como a globalidade das competências municipais e dos desafios do desenvolvimento individual e coletivo dos munícipes) e olhar para a árvore (entenda-se como árvore cada uma das

áreas de atuação, entenda-se como árvore cada um dos projetos desenvolvidos e implementados e entenda-se como árvore cada um dos municípios). Só olhando para a floresta se consegue valorar cada uma das árvores e só cuidando de cada árvore se consegue ter floresta. Vamos então à análise da atividade da câmara, deixando sempre a metáfora a correr em paralelo. Destacar a importância do que aqui nos é apresentado como relatório de atividade no que concerne aos apoios do impacta é relevante, sem dúvida. É suficientemente relevante constatar que para o primeiro semestre de 2023 foram apoiados 104 projetos com um montante que ultrapassa os € 300.000,00. Mas é muito mais relevante quando percebemos que este apoio, estas atividades não são fogo-fátuo. Para o comprovar não precisamos de recuar demasiado no tempo. Basta olharmos para os últimos seis semestres (2º semestre de 2020 ao 1º semestre de 2023) para verificarmos que foram apoiados 412 projetos com um valor global de cerca de um milhão e meio de euros. Destacar a importância de estar a decorrer o Guidance-Festival Internacional de Dança Contemporânea, um dos mais relevantes a nível nacional, senão o mais relevante, é importante. Mas mais importante é perceber que o Guidance também não é fogo-fátuo. É parte de um projeto artístico mais global que, por sua vez, é parte integrante de uma política cultural estruturada, consistente e duradoura. Destacar a importância da implementação de uma nova fase no programa RRRCiclo da recolha de resíduos orgânicos que abrange 40% da população do concelho é relevante. Mas mais relevante é perceber que as políticas do Ambiente e Sustentabilidade são consistentes, estruturadas e em permanente consolidação. A distinção com dois selos ODSlocal, que são uma certificação que distingue os Municípios que evidenciam um elevado grau de compromisso com a sustentabilidade local nas categorias “Desempenhos Municipais” e “Dinâmicas Municipais”, é o reconhecimento da qualidade do



trabalho desenvolvido. Destacar que Guimarães é a única cidade portuguesa a integrar o projeto para a reconstrução de cidades Ucrânicas, acompanhando outras 35 cidades europeias, é muito relevante pois corporiza e contribui ativamente para a reconstrução de cidades devastadas pela guerra, partilhando o seu conhecimento técnico e científico nas áreas da “Economia Circular e Gestão de Resíduos” e “Espaço público inclusivo/habitável e planeamento urbano integrado”. Mas mais importante que constatar a importância deste projeto em concreto é perceber que a participação neste projeto, como noutros, é uma marca indelével das políticas municipais de responsabilidade social. Em Guimarães e no Mundo. Destacar o programa preparado para assinalar o décimo aniversário da Cidade Europeia do Desporto 2013 é, só por si, digno de registo e de análise positiva? Claro que sim. Mas essa seria uma análise estrita de uma atividade em concreto. Estrita, positiva e de qualidade. E se avançarmos para uma análise, mas lata? E se analisarmos o crescimento dos participantes federados nas diversas modalidades e verificarmos que nos últimos cinco anos houve um aumento de 1405 praticantes federados? Significará isso que a política de desporto em Guimarães terá tido algum contributo para esse aumento? Sem margem para dúvida que sim. Poderia continuar a discorrer sobre cada uma das atividades constantes do relatório apresentado pela Câmara Municipal e concluir que umas resultam de políticas consolidadas; outras estão a consolidar estratégias e outras ainda são indiciadoras de novos caminhos, novas abordagens e novos desafios. Na esteira destes novos desafios refiro o assumir do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, do rendimento Social de Inserção e da Emergência Social, até agora garantidos pelo Instituto de Segurança Social. Estamos convictos de que a Câmara Municipal terá um bom desempenho nesta nova

responsabilidade, dando continuidade à política social de proximidade que a tem caracterizado. Em síntese, a análise da atividade da Câmara Municipal nos meses de dezembro e janeiro colhe a nossa avaliação positiva e demonstra que o caminho percorrido continua a cuidar das árvores. Importantes e determinantes na sua especificidade, complementares e diversas na construção do todo concelhio. Um todo concelhio diverso e desafiante, mas com um trabalho orientado e suportado pela utopia da coesão e equidade plenas”.

José Manuel Nogueira Teixeira Bastos respondeu aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por César Nuno da Costa Teixeira e André Filipe Mendes de Castro Almeida.

Adelina Paula Mendes Pinto, Vereadora da Câmara Municipal, sobre a questão relacionada com a escola de Mascotelos, anunciou estar prevista uma ampliação que consagra a criação de uma sala multifuncional, dada a necessidade de manter mais tempo, diariamente, o grande número de alunos desta escola. Anunciou estar previsto o alargamento da rua da liberdade, via que dá acesso à escola, encontrando-se na fase final do processo de aquisição do terreno, possibilitando que a Câmara municipal avance, o mais rapidamente possível, com as duas obras. De seguida, referiu que Guimarães foi selecionada para ser uma das cidades que apoiará a reconstrução das cidades da Ucrânia, tendo presente os princípios que a Europa hoje tem da sustentabilidade ambiental, situação que muito agrada à Câmara Municipal de Guimarães. Sobre as intervenções proferidas pelo PSD, disse conhecer, também, a “Família Silva”, porque tem dois filhos que andam na escola, a quem é fornecido pequeno-almoço, almoço e lanche de forma gratuita, entram na escola a partir das 07h30 podendo estar até às 18h30 para que os pais possam trabalhar, ao contrário de outros concelhos que pagam bastante por este serviço. Acrescentou que os seus filhos têm



todos os dias fruta e leite escolar pagos pelo Município, uma vez que o Ministério apenas paga um dia por semana. Acrescentou, também, que caso tivesse uma criança portadora de deficiência e que precisasse de terapias, o Município assumia essa despesa e possibilitava que esta criança tivesse escola nos meses de julho a setembro, período de interrupções letivas, com atividades. Por último, anunciou que todas as crianças têm a possibilidade de ir ao teatro, visitar museus e assistir a espetáculos musicais, atividades que não são pagas pelos pais. Concluiu, considerando que, atentas todas as condições que referiu, a diferença não é tão grande quanto a que Emídio Guerreiro quis fazer crer na sua intervenção.-----

Nelson José Guimarães Felgueiras, Vereador Municipal, sobre a intervenção de Pedro Miguel Teixeira Pereira Santos, disse ter tomado nota das suas preocupações, lamentando que não tenha tido a oportunidade de marcar presença nos Conselhos Municipais da Juventude que têm ocorrido, porque, certamente, muitas dessas preocupações já teriam a devida resposta. Acrescentou que o Conselho Municipal da Juventude tem reunido com periodicidade, no sentido de chamar as associações juvenis e os jovens vimaranenses a construir o Programa Municipal da Juventude e perceber as preocupações que da juventude, numa perspetiva de diálogo entre trabalho conjunto com os jovens. Disse acreditar na frase – nada para os jovens sem os jovens – referindo que é nesse sentido que o Conselho Municipal da Juventude desenvolve o seu trabalho. Disse que a juventude se resume em quatro pontos fundamentais: A capacitação e o empoderamento dos jovens e das associações juvenis; Dar a voz aos jovens e a resposta às suas causas e anseios; Colocar na centralidade da definição das políticas públicas a resposta a esses mesmos jovens; E continuar a construir Guimarães como uma cidade para a juventude, dando resposta a todas as suas necessidades,

mas, também, tendo como prioridade máxima envolver os jovens, dar-lhes plataformas e espaço para que a sua voz seja ouvida e que as soluções sejam construídas em conjunto. -----

Paulo Rui Lopes Pereira da Silva, Vereador Municipal, sobre a intervenção de João Paulo Serra Salazar, informou que, certamente por lapso, o texto introdutório do relatório acerca da atividade da Câmara Municipal não faz referência ao programa de Natal nem ao evento da Passagem de Ano, mas que estão descritas na informação da respetiva atividade. Ainda assim, clarificou que Guimarães, devido à intempérie que assolou o país, foi dos poucos concelhos que reagendou o evento da Passagem do Ano para a noite de Reis, que contou com praça cheia, que iniciou mais cedo ocorrer numa sexta-feira, permitindo que fosse multigeracional e que teve repercussões bastante positivas para o serviço de restauração do centro da Cidade.-----

O **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo às intervenções dos membros José Pedro Ribeiro Salazar e José Manuel Torcato Ribeiro, reiterou o que foi dito pela Vereadora Adelina Paula Pinto, acrescentando que Guimarães tem uma política socialmente justa e inclusiva. Acrescentou que são necessárias contas equilibradas para que a Câmara Municipal, com sustentabilidade financeira, possa atender às necessidades das famílias e das pessoas. Depois, contestou ser Guimarães um Concelho com impostos elevados, recordando que o IMI é mais baixo, que tem IMI com isenção e que tem impostos municipais de isenção ao investimento. Acrescentou, ainda, que a ideia populista e demagógica de dizer que Guimarães é inferior aos outros concelhos não é benéfica e apouca as políticas municipais. Prosseguiu, esclarecendo que o serviço de urbanismo prestado pelo Departamento de Desenvolvimento do Território é rigoroso e de uma transparência total, não aceitando pressões de ninguém, e que dialogando com os promotores, nunca perde de referência que Guimarães tem uma



área classificada que obriga a trabalhar com diversas entidades. Acrescentou que a Câmara municipal vai continuar esse trabalho, com o rigor que a Vereadora Ana Cotter imprimiu, juntamente com a sua Direção Técnica, na continuação do bom urbanismo para Guimarães. Prosseguiu informando que os coletores que estão a fazer descargas de esgotos para o rio, na zona de Brito, já foram identificados e participada esta situação às Águas do Norte para resolver este problema. Por fim, clarificou ter surgido problemas no início da concessão do Ave Mobilidade, mas que estão a ser resolvidos. Finalizou, anunciando que a Câmara Municipal comparticipa no valor dos bilhetes que os cidadãos vimaranenses necessitam para trabalhar ou estudar fora do Concelho.-----

Adelina Paula Mendes Pinto, Vice-presidente da Câmara, seguida de Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara, responderam aos esclarecimentos que lhe foram solicitados por Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, Pedro Miguel Pereira Teixeira Santos, Emídio Guerreiro, André Filipe de Castro e Sousa Casalta, João Pedro Serra Salazar e André Filipe Mendes de Castro Almeida.-----

16 - RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES – DESIGNAÇÃO DE JÚRI.

Submete-se à votação da Assembleia Municipal, por **escrutínio secreto**, a composição de Júri do recrutamento para os cargos dirigentes abaixo enumerados (alínea a) a alínea j)), nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, aprovada pelo Órgão Executivo em sua reunião realizada em vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e três, dando-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

a) Diretor/a Municipal de Serviços Partilhados.-----

Presidente: Isabel Celeste Monteiro da Fonseca, Professora Associada do grupo disciplinar de Ciências Jurídicas Administrativo-Financeiras, da Escola

de Direito da Universidade do Minho. **Vogais efetivos:** Hugo Flores da Silva, Professor Convidado equiparado a Professor Auxiliar, da Escola de Direito da Universidade do Minho, e Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, Diretor Municipal de Serviços Partilhados da Câmara Municipal de Matosinhos. **Vogais suplentes:** Sandro Miguel da Costa Louro, Diretor Municipal de Gestão da Câmara Municipal de Braga e Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, Diretor Municipal da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros; SIM = 70 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 18 votos; Nulos = 0 votos. -----

b) Diretor/a do Departamento Jurídico.-----

Presidente: Marcelo Caetano Martins Delgado, diretor Municipal da Câmara Municipal de Viseu. **Vogais efetivos:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guimarães e Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, diretora do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Braga.

Vogais suplentes: Pedro Pires Sousa, diretor do TRIAVE - Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo do Ave, Tâmega e Sousa, e Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor Municipal de Serviços Partilhados da Câmara Municipal de Matosinhos. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: 97 Membros; Votantes: 94 Membros; SIM = 69 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 19 votos; Nulos = 0 votos. -----

c) Chefe da Divisão de Contencioso-----

Presidente: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais efetivos:** Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade, e Emília Elisabete Silva Gomes, chefe da Divisão de Património Municipal. **Vogais suplentes:** Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e



Espaço Público e Rui Miguel Lino de Castro, chefe da Divisão de Mobilidade.

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros;
SIM = 70 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 18 votos; Nulos = 0 votos.-----

d) Diretor/a Municipal de Intervenção no Território, Ambiente e Ação Climática.-----

Presidente: Paulo Jorge Sousa Cruz, Professor Catedrático da Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho. **Vogais efetivos:** Maria Manuela Guedes de Almeida, Professora Associada com Agregação, da Universidade do Minho, e António José Zamith Soares Rosas, diretor Municipal de Gestão do Território da Câmara Municipal de Braga. **Vogais suplentes:** Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, diretor Municipal de Serviços Partilhados da Câmara Municipal de Matosinhos e Vítor Manuel Gaspar Monteiro Lima Moreira, diretor Municipal da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros;
SIM = 70 votos; NÃO = 7 votos; Brancos = 17 votos; Nulos = 0 votos. -----

e) Chefe da Divisão de Estrutura Verde e Biodiversidade.-----

Presidente: Isabel Maria Pereira Leite Freitas Loureiro, Professora Auxiliar Convidada, da Universidade do Minho e Coordenadora da estrutura de Missão 2030 para o Desenvolvimento Sustentável do Território. **Vogais efetivos:** Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade e Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Rui Miguel Lino de Castro, chefe da Divisão de Mobilidade. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros;

SIM = 68 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 19 votos; Nulos = 1 votos. -----

f) Diretor/a do Departamento de Desenvolvimento do Território. -----

Presidente: António José Zamith Soares Rosas, diretor Municipal de Gestão do Território da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Nuno Pedro da Silva Jesus Monteiro, diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Braga, e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade e Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros; SIM = 71 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 17 votos; Nulos = 0 votos. -----

g) Chefe da Divisão de Gestão Urbanística.-----

Presidente: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais efetivos:** Maria da Graça de Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade e Cláudia Cecília Fontão Ribeiro, chefe da Divisão de Fiscalização. **Vogais suplentes:** Rui Miguel Lino de Castro, chefe da Divisão de Mobilidade e Dalila Graça Sepúlveda Mesquita Freitas, chefe da Divisão de Ambiente e Espaço Público.

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros; SIM = 72 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 16 votos; Nulos = 0 votos. -----

h) Chefe da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território.-----

Presidente: Nuno Pedro da Silva Jesus Monteiro, diretor do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Braga. **Vogais efetivos:** Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento



Financeiro e Ricardo José Fernandes Rodrigues, chefe da Divisão de Património Mundial e Bens Classificados.-----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros; SIM = 68 votos; NÃO = 8 votos: Brancos = 18 votos; Nulos = 0 votos. -----

i) Diretor/a do Departamento de Intervenção Social. -----

Presidente: Isabel Maria Costa Soares, Professora Catedrática de Psicologia da Universidade do Minho e Presidente do Laboratório Colaborativo ProChild. **Vogais efetivos:** Maria Cristina Ferreira Dias, diretora de Serviços na CASFIG – Coordenação de âmbito Social e Financeiro, das habitações do Município de Guimarães, E.M. Unipessoal, Lda e Joel Felizes, Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho. **Vogais suplentes:** Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos e Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros; SIM = 71 votos; NÃO = 6 votos: Brancos = 17 votos; Nulos = 0 votos. -----

j) Diretor/a do Departamento de Cultura, Economia e Inovação.-----

Presidente: Isabel Maria Fernandes, diretora do Paço dos Duques de Bragança, Castelo de Guimarães, Igreja de S. Miguel do Castelo e Museu Alberto Sampaio. **Vogais efetivos:** Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos. **Vogais suplentes:** Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão, diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade e Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, diretora do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Braga. -----

RESULTADO DA VOTAÇÃO: Inscritos: 97 Membros; Votantes: 94 Membros;

SIM = 72 votos; NÃO = 6 votos; Brancos = 16 votos; Nulos = 0 votos. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**-----

Nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia DELIBEROU, por unanimidade, APROVAR a ata em minuta. -----

Pela uma hora e dez minutos, do dia seguinte, o Presidente da Mesa deu por **SUSPENSA A SESSÃO**, que terá continuidade no dia 13 de fevereiro, pelas 21:00 horas. -----

Para os efeitos consignados no número 2, do artigo 57º, da referida Lei n.º 75/2013, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, José João Torrinha Martins Bastos, e por mim, Maria Fernanda Azevedo Alves Fernandes, trabalhadora designada para o efeito. -